

Governo lista prioridades

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor enviou ontem ao Congresso Nacional um projeto de lei contendo a revisão do Plano Plurianual, que prevê as receitas e gastos do governo para o período de 1993 a 1995. No total são US\$ 280 bilhões, dos quais o governo reservou para investimentos US\$ 64,7 bilhões. Cinco setores foram eleitos como prioritários para a inversão dos recursos públicos: educação e tecnologia; reforma agrária e incentivos à agricultura; preservação do meio ambiente com a criação de zonas ecológico-econômicas; infraestrutura e modernização da economia.

Ontem, ao divulgar o novo plano, o secretário de Planejamento do Ministério da Economia, Pedro Parente, destacou sua importância como um instrumento, previsto na Constituição, através do qual o governo "declara à sociedade, os projetos com os quais pretende gastar nos próximos anos". Isso inclui os dois últimos anos do governo Collor e o primeiro ano da próxima administração. A programação da Seplan pressupõe que a inflação ficará na faixa de 20% anuais nesse período, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer a uma taxa de 3% no próximo ano e de 5% nos dois anos seguintes. No ano passado, esse crescimento foi de apenas 1% e este ano não haverá crescimento do PIB. Essas metas estão de acordo com as promessas feitas ao FMI.

Embora possa ser considerado por muitos como um exercício de futurologia, Pedro Parente assinala que "desta vez, o planejamento está rigorosamente atrelado à disponibilidade de recursos prevista para os orçamentos de cada um desses anos." Parente ressaltou que, depois de aprovado pelo Congresso Nacional, o Plano dará maior respaldo político as ações do governo. Uma das grandes

utilidades do Plurianual, segundo o secretário, é evitar a dispersão de dinheiro público. "Hoje é grande o número de projetos e obras inacabadas, pela falta de um planejamento casado com a previsão de receitas", avaliou.

Ao analisar a proposta do governo, os parlamentares não poderão aumentar as despesas, mas podem remanejar os recursos de um projeto para outro, modificando as prioridades definidas pelo Poder Executivo. O Plano Plurianual inclui um aumento de receita com impostos, da ordem de 1,9% do PIB, que fará parte da segunda etapa da reforma fiscal, a ser enviada ao Congresso até o início de agosto deste ano, e que vai demandar intensas negociações políticas.

O Plano prevê a construção de 3.200 Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciac) num período de três anos, com um total de Cr\$ 2 trilhões, o equivalente a US\$ 1,3 bilhão. Com essas obras, o governo Collor pretende elevar a 4.000 o número total de Ciacs que apenas começam a ser construídos. Para o pagamento de salários aos funcionários públicos e o custeio da máquina administrativa, o governo não pretende elevar seus gastos. E para a Previdência Social, uma previsão otimista: a de que não haverá déficit nesse setor, além de não estar prevista qualquer despesa adicional que o governo poderá ter, se perder definitivamente a disputa contra os aposentados na justiça, pela correção das aposentadorias em 147%. A programação do governo inclui um controle mais rigoroso sobre o desempenho e os gastos das empresas estatais, a partir de uma ação conjunta dos ministérios da Economia e da Infra-Estrutura. E prevê, também que as empresas já listadas pelo governo como privatizáveis serão efetivamente vendidas.